

Para Todos

Mandato do Deputado Tadeu Veneri-PT · nº 110 · Novembro/Dezembro de 2017

Acesse:

www.tadeuveneri.com.br

facebook.com/tadeuveneri

Eles querem acabar com o serviço público! E COM OS SERVIDORES, TAMBÉM!



Veneri participa de manifestação de trabalhadores

Os servidores públicos viraram o alvo preferencial dos governos estadual e federal e de alguns prefeitos, que querem desmontar a rede de serviços oferecidos à população. Esses governantes, que ajudaram a interromper um governo democrático, estão numa verdadeira campanha de desmonte do serviço público e de desconstrução da imagem dos servidores, apontados como o grande mal das administrações públicas.

Ao desqualificar os servidores, quem justificar junto à população o corte de serviços, principalmente nas áreas da saúde e educação, e a transferência das atividades e dos recursos públicos para a iniciativa privada. Sempre usando o argumento de que o servidor público custa muito para os cofres públicos e que trabalha pouco, o presidente da República, os governadores, como o do Paraná, e muitos prefeitos vão

reduzindo a estrutura pública e drenando para a iniciativa privada os recursos que deveriam ser aplicados em áreas básicas de atendimento à população.

A população precisa ficar atenta porque será a principal vítima desse discurso de desmonte do serviço público. Achatamento salarial de servidores e corte de investimentos significam menos serviços de saúde, menos escolas, menos professores, menos programas sociais, menos segurança.

O discurso é o mesmo da época do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), quando fez uma grande queima do patrimônio público. E agora, após o impeachment da presidente Dilma, esse pensamento voltou a reinar entre nós. Temos que combater esses demolidores do serviço público, que conduzem a administração pública como um negócio para dar lucros privados.

O MAU EXEMPLO

O prefeito Rafael Greca (PMN), de Curitiba, é um dos que está empenhado em desmontar a rede de serviços públicos. Greca não quer pagar as perdas inflacionárias que corroem os salários dos servidores e definiu reajuste “zero” à categoria.

Antes disso, já havia aprovado um pacote de medidas reduzindo e retirando direitos dos funcionários municipais, como o congelamento do plano de carreira e o confisco de R\$ 600 milhões do Instituto de Previdência Municipal de Curitiba (IPMC). É a mesma linha adotada por aqueles que tentam destruir os serviços públicos desqualificando e enfraquecendo os servidores.

Em Curitiba, o prefeito e seus vereadores aliados aprovaram mudança na lei que permite a terceirização dos serviços de assistência médica nas unidades de saúde e de ações na rede municipal de ensino.

Quando vereador, o deputado Tadeu Veneri foi o autor da emenda que se transformou no parágrafo único da lei 9.226/1997, que regulamentou os contratos da prefeitura com as organizações sociais, e que agora foi alterado por Greca. A emenda salvaguardava a educação e a saúde do processo de terceirização, promovido pelo então prefeito Cássio Taniguchi.

“Vinte anos depois, vem o prefeito Greca e derruba a proteção às áreas de saúde e educação. Quando candidato, Greca afirmou que faria dos dois setores uma referência para o país. E está fazendo mesmo. Uma referência negativa”, criticou.

Se é público, é para todos!

Com fechamento de agências, redução de quadro de pessoal e privatização de vários setores, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) estão sendo esvaziados para que tenham o controle transferido para a iniciativa privada. Este é o objetivo do governo de Michel Temer. O alerta foi feito em audiência pública que debateu as estratégias contra a privatização dos bancos públicos, realizada pelo deputado estadual Tadeu Veneri e a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito no Paraná (Fetec) no plenarinho da Assembleia Legislativa, em outubro.

Os participantes aprovaram a Carta de Curitiba destacando que a missão dos

bancos públicos é atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do país e, por isso, a defesa dessas instituições deve ser assumida pela população. “Os bancos públicos são os maiores operadores dos programas sociais do governo e respondem por 56% do crédito oferecido no país, o que significa que são vitais para a indústria, o comércio e a economia do país”, destacou o deputado Tadeu Veneri.

Estão sendo realizados debates e audiências públicas em vários estados como parte da campanha em defesa dos bancos públicos, coordenada pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

Veja a íntegra da Carta de Curitiba no nosso site: <https://goo.gl/RFuSd4>



Veneri, junto com funcionários no abraço ao prédio da CEF, na praça Carlos Gomes, em Curitiba

PRESTAÇÃO DE CONTAS

	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Passagem/Hospedagem	371,19	1.462,40	1.804,26
Materiais de Escritório	2.288,25	0,00	0,00
Copa/Cozinha	0,00	442,59	0,00
Informática	3.865,70	360,00	450,00
Telefone	904,49	662,98	482,73
Copel/Sanepar	109,45	329,20	195,58
Alimentação	699,27	635,92	1.096,40
Gráfica	11.920,00	900,00	495,00
Periódicos	2.156,96	346,92	2.742,44
Locações Imóveis	3.315,64	3.315,64	3.319,51
Taxis/Pedágio	447,54	0,00	547,00
Locação Veículos	3.587,00	6.672,00	6.477,00
Áudio/Foto/Vídeo	3.500,00	3.500,00	3.500,00
Correios	0,00	12.719,80	0,00
Segurança	274,43	222,43	222,43
Combustíveis	6.293,27	5.964,32	6.278,07
TOTAL	39.733,19	37.534,20	27.610,42

Novas usinas terão que indenizar famílias antes de entrar em operação

As novas centrais hidrelétricas que serão construídas no Estado só poderão entrar em funcionamento após o pagamento de indenização aos proprietários das terras atingidas pelas obras. Essa garantia foi aprovada por meio de emenda à lei apresentada pelo líder da bancada de oposição, deputado Tadeu Veneri, que autorizou a construção de 18 empreendimentos hidrelétricos de geração de energia, entre PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), UHE (Usina Hidrelétrica de Energia) e CGH (Central de Geração Hidrelétrica).

O governador do Paraná havia vetado a proteção às famílias. Mas o veto foi derrubado na Assembleia Legislativa. “Antes das novas centrais entrarem em funcionamento, todo o passivo deve estar totalmente resolvido. Isso representa uma salvaguarda principalmente aos pequenos produtores rurais, que são os mais prejudicados pelas obras”, destacou o deputado Tadeu Veneri, coordenador da Frente em Defesa dos Atingidos por Barragens.

VOCÊ SABIA QUE...

...entre 2005 e 2015 morreram mais de 318 mil jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, segundo dados do Atlas da Violência 2017, publicado pelo Ipea em junho?

...isso significa que um jovem foi morto a cada 21 minutos e que, destes, 92% são homens, negros e com baixa escolaridade?

... Em 2015, o número de mortes decorrentes de intervenção policial – os tais autos de resistência – ultrapassou o de latrocínio (roubo seguido de morte) – 3.320 contra 2.314 casos registrados?

.... de acordo com dados do IBGE, faltou trabalho para 26,8 milhões de pessoas no terceiro trimestre de 2017?

É preciso impedir a liquidação das empresas do setor elétrico

A necessidade de combater a venda da Eletrobrás e de outras empresas de energia foi o tema da audiência pública realizada no dia 10 de outubro no plenarinho da Assembleia Legislativa. A Eletrobrás é uma empresa estratégica que responde pela geração de 32% da energia do país e que detêm 47% das linhas de transmissão e faz parte de um pacote 57 projetos de privatizações e concessões do governo de Michel Temer.

Um dos organizadores da audiência, o deputado Tadeu Veneri (PT) alertou para a necessidade de debates sobre a proposta de privatização do governo federal na área de energia para conscientizar a população sobre as consequências desse processo. As entidades sindicais que representam os trabalhadores do setor alertam que o novo modelo proposto pelo governo federal representa o fim do conceito de energia como bem público e ferramenta de desenvolvimento estratégico do país.



Foto: Isabella Lanone

A Eletrobrás é uma empresa estratégica que responde pela geração de 32% da energia do país e que detêm 47% das linhas de transmissão e faz parte de um pacote 57 projetos de privatizações e concessões do governo de Michel Temer.

EM DEFESA DA PETROBRAS!



Foto: Isabella Lanone

Trabalhadores participaram do ato contra desmonte da Petrobras

A participação da Petrobras no PIB do Paraná varia entre 7% e 10%. Somente a Repar (Refinaria Presidente Getúlio Vargas) gera mais de R\$ 2 bi de ICMS, ou seja, 81% do total do imposto arrecadado pelo município de Araucária. A Usina de Xisto representa mais de 50% do total da arrecadação de São Mateus do Sul. O sistema Petrobras no Paraná gera mais de cinco mil empregos diretos e mais de dez mil indiretos. Os dados foram apresentados no ato público em defesa do sistema Petrobras, realizado no dia 14 de novembro, no plenarinho da Assembleia Legislativa, por iniciativa do deputado estadual Tadeu Veneri.

Para o deputado, é preciso que a sociedade entenda que tem muito a perder com a venda da Petrobras planejada pelo governo de Michel Temer. Ele ressaltou a importância

“Uma grande parcela da sociedade sabe o que significa a privatização de setores estratégicos para o desenvolvimento do país porque isso aconteceu a partir de 1993 por um período. Talvez, a sociedade não esteja vendo como resistir a esse processo. Nós temos a responsabilidade de mostrar os caminhos” TADEU VENERI

de despertar o sentimento de resistência na população. “Uma grande parcela da sociedade sabe o que significa a privatização de setores estratégicos para o desenvolvimento do país porque isso aconteceu a partir de 1993 por um período. Talvez, a sociedade não esteja vendo como resistir a esse processo. Nós temos a responsabilidade de mostrar os caminhos”, afirmou Veneri.

Ao final do ato, os participantes aprovaram uma série de ações para conscientizar a população sobre as consequências do desmonte do sistema Petrobras. Entre elas, a

abertura de comitês de defesa da Usina de Xisto e da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen). Outra das iniciativas é convidar parlamentares estaduais e federais a visitarem as unidades da Petrobras no Paraná, além da realização de audiências públicas em São Mateus do Sul e Araucária.

ASSESSORIA: Augusto, Altair, Camila, Eli, Everson, Gilnei, Jean, José Carlos, Mafalda, Marilda, Nice, Paulo, Zecão, Regina **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS:** Roni e Luiz **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Elizabete Castro – (2252PR) Imp.: Gráfica Vitrine

Para barrar a reforma da previdência, é preciso estar na rua!

Não há déficit na previdência pública. O governo ilegítimo de Michel Temer quer demolir o sistema de previdência pública para atender um compromisso com o mercado. Na entrevista abaixo, o advogado especialista em direito previdenciário Ludimar Rafanhim aponta quem está drenando os recursos da previdência e mostra o que está por trás desta proposta que, se aprovada, irá acabar com o direito à aposentadoria dos trabalhadores brasileiros.

ParaTodos: Uma CPI do Senado mostrou que não existe déficit na previdência social. E que além do setor privado, as empresas públicas também têm acúmulo de débitos previdenciários que impactam o sistema. Onde é que está o principal problema?

Rafanhim: Antes da conclusão da CPI, já era sabido que não havia déficit. Estudos realizados pelo Dieese, Diap, a UFRJ e a ANFIP - Associação dos Auditores da Receita Federal/Previdência já apontavam que havia uma manobra contábil em que são excluídas algumas receitas e incluídas despesas. A segunda questão é que o sistema deve ser pensado como de seguridade. Não se pode considerar como única receita da previdência as contribuições patronal e dos trabalhadores. Há que se considerar o conjunto de receitas, ou seja, o aporte que o governo deve fazer por meio do orçamento da União. Só com base nesses dados, já é possível afirmar que não há déficit na previdência. E é isso que a CPI apurou, que o que existe de verdade é uma grande evasão de receitas da previdência.

ParaTodos: Por meio da sonegação?

Rafanhim: Temos a sonegação e ainda isenções e imunidades. São as duas vias de retirada de receitas da previdência. Uma ilegal, que ocorre através da sonegação, em que são mais de R\$ 500 bilhões devidos por instituições e empresas públicas e privadas. A outra forma de drenagem de recursos do sistema é por meio das isenções e imunidades. Essa tem base legal e dispensa entidades da contribuição patronal. Por exemplo, uma entidade declarada utilidade pública não recolhe a parte patronal. Ou então uma empresa ou entidade privada que destine mais de 60% dos seus serviços para o Sistema Único de Saúde também fica isenta da contribuição patronal. Lembrando que o SUS paga por esses serviços. Podemos citar também o caso das entidades filantrópicas, como as Santas Casas e até mesmo universidades. Para usufruir do benefício da isenção da contribuição previdenciária, a entidade beneficente tem que cumprir alguns requisitos, que estão estabelecidos na Lei nº 12.101/2009. Esta lei regulamenta a imunidade das entidades beneficentes de assistência social, prevista no artigo 195, § 7º da Constituição Federal.

ParaTodos: Se não há déficit, o que está por trás dessa reforma, apresentada para a sociedade como uma questão de vida ou morte?

Rafanhim: O governo Michel Temer prometeu ao mercado que faria esta reforma, que tem como objetivo principal jogar os trabalhadores para a previdência privada. Antes de apresentar a proposta ao Congresso, o governo apresentou o projeto para a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos). Em 2016, quando anunciou a proposta dizendo que a idade mínima poderia ser de 65 anos, houve um aumento de 19% na carteira de clientes da previdência privada. É um compromisso do Michel Temer com o mercado nacional internacional e internacional.



Foto: Isabella Lamore

Rafanhim defende mudança na lei de isenções

ParaTodos: O governo e a equipe econômica de Michel Temer estão manipulando a opinião pública para forçar essa reforma. Agora, estão dizendo que vão fazer apenas algumas alterações. Como a população pode ser alertada sobre esta manobra?

Rafanhim: A população não pode acreditar que não vai ocorrer a reforma. Até porque, periodicamente, o governo vem alterando o sistema através de leis. No regime geral, por exemplo, não existe mais pensão vitalícia por morte do titular. Esse benefício foi retirado por uma lei específica, a lei 13.135. O governo também está alterando a contribuição do servidor público para 14%, acima do que exceder o teto, por meio da Medida Provisória 805. Como o servidor municipal ou estadual, com regime próprio, não pode contribuir com menos do que o servidor federal, conforme o artigo 149 da Constituição Federal, os estados são obrigados a fazer suas leis para regulamentar isso. E a MP já está em vigor. O fato é que não podemos sair da rua. O governo diz que vai fazer a reforma, dá um passo para trás e deixamos as ruas. O Movimento Social não pode se descuidar. Um

dos maiores grupos a serem prejudicados, os trabalhadores rurais, deveria estar mobilizado. O movimento social não pode apenas reagir aos ataques do governo, deve mobilizar-se para impedir que o governo tome iniciativas destruidoras de direitos. Esperar pode ser tarde.

ParaTodos: O que deveria mudar, de fato, ou não há necessidade de alterar o sistema previdenciário brasileiro?

Rafanhim: O que precisamos é alterar o modelo de financiamento. É rever a lei das isenções e imunidades. Temos que combater a sonegação e rever as isenções para as entidades públicas e filantrópicas. É uma questão que até agora ninguém quis discutir porque envolve setores poderosos. Em 2014, as isenções representavam um ano inteiro de despesas com o Sistema Único de Saúde (SUS). Por exemplo, uma lei do governo do Fernando Henrique Cardoso isenta o pagamento do imposto de renda sobre lucros e dividendo das empresas. Essa é uma questão que precisa ser revista com urgência.

ParaTodos: A médio e longo prazo, o que vai acontecer com o benefício dos brasileiros se essa reforma for adiante?

Rafanhim: Essa reforma, associada com a reforma trabalhista, já em vigor, e o teto de gastos, irá criar uma geração de mendigos e pedintes. Porque a reforma trabalhista estimula a informalidade e o não recolhimento para a previdência. Vem aí um grande problema social onde muitos ou não terão o direito ou terão muitas dificuldades para se aposentar. A idade mínima de 65 anos é mais do que a expectativa de vida na maioria dos estados brasileiros. A exigência de contribuição ao trabalhador rural vai colocar abaixo todas as políticas públicas de fixação do homem ao campo. Sem ter acesso ao benefício, como essas pessoas vão viver? Vão ter que viver da ajuda alheia. Voltaremos a antes de 1988, quando trabalhador da agricultura familiar não tinha aposentadoria, ou quando a "carteirinha do INPS" servia como documento para ter acesso aos serviços de saúde. Para onde foram os recursos da previdência quando as pessoas morriam antes de se aposentar ou morriam logo depois de aposentados?

ParaTodos: Quais as maiores preocupações com a reforma da previdência?

Rafanhim: É fazerem o que fizeram na trabalhista: retirar direitos dos trabalhadores. É aumentar a idade mínima para 65, 62 e 60 anos, é exigir que trabalhadores rurais contribuam mensalmente por 25 anos, é excluir as atividades de risco da aposentadoria especial, é exigir idade mínima para aposentadorias especiais, é suprimir a aposentadoria especial dos professoras e professoras, é garantir aposentaria integral por invalidez somente em caso de acidente de trabalho, é exigir 40 anos de contribuição para ter direito à aposentadoria com 100% da média aritmética, é dificultar as aposentadorias e jogar os trabalhadores para os braços do mercado financeiro, é reduzir a pensão a 50% do valor do salário/vencimento ou provento do gerador da pensão sendo vitalícia apenas para quem tiver mais que 44 anos quando for gerada a pensão, é tornar obrigatório fundo complementar e teto de benefícios para os servidores públicos, é acabar com benefícios. Não se está fazendo reforma da previdência, mas acabando com a previdência brasileira como seguro social para fortalecer a tese do estado mínimo, da mesma forma como o General Pinochet fez no Chile durante sua ditadura militar. Procurem saber como são as aposentadorias no Chile.

Informativo do Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Nossa Senhora da Salete, s/nº - 8º Andar - gabinete 804

Curitiba - Paraná - CEP 80530-911 | **Telefone:** (41) 3350-4094

Página: www.tadeuveneri.com.br | **E-mail:** tadeuveneri@terra.com.br

Twitter: twitter.com/tadeuveneri | **Fanpage:** facebook.com/tadeuveneri



Para Todos

Mandato do Deputado Tadeu Veneri-PT · nº 110 · Novembro/Dezembro de 2017

Acesse:

www.tadeuveneri.com.br

facebook.com/tadeuveneri

Eles querem acabar com o serviço público! E COM OS SERVIDORES, TAMBÉM!



Veneri participa de manifestação de trabalhadores

Os servidores públicos viraram o alvo preferencial dos governos estadual e federal e de alguns prefeitos, que querem desmontar a rede de serviços oferecidos à população. Esses governantes, que ajudaram a interromper um governo democrático, estão numa verdadeira campanha de desmonte do serviço público e de desconstrução da imagem dos servidores, apontados como o grande mal das administrações públicas.

Ao desqualificar os servidores, quem justificar junto à população o corte de serviços, principalmente nas áreas da saúde e educação, e a transferência das atividades e dos recursos públicos para a iniciativa privada. Sempre usando o argumento de que o servidor público custa muito para os cofres públicos e que trabalha pouco, o presidente da República, os governadores, como o do Paraná, e muitos prefeitos vão

reduzindo a estrutura pública e drenando para a iniciativa privada os recursos que deveriam ser aplicados em áreas básicas de atendimento à população.

A população precisa ficar atenta porque será a principal vítima desse discurso de desmonte do serviço público. Achatamento salarial de servidores e corte de investimentos significam menos serviços de saúde, menos escolas, menos professores, menos programas sociais, menos segurança.

O discurso é o mesmo da época do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), quando fez uma grande queima do patrimônio público. E agora, após o impeachment da presidente Dilma, esse pensamento voltou a reinar entre nós. Temos que combater esses demolidores do serviço público, que conduzem a administração pública como um negócio para dar lucros privados.

O MAU EXEMPLO

O prefeito Rafael Greca (PMN), de Curitiba, é um dos que está empenhado em desmontar a rede de serviços públicos. Greca não quer pagar as perdas inflacionárias que corroem os salários dos servidores e definiu reajuste “zero” à categoria.

Antes disso, já havia aprovado um pacote de medidas reduzindo e retirando direitos dos funcionários municipais, como o congelamento do plano de carreira e o confisco de R\$ 600 milhões do Instituto de Previdência Municipal de Curitiba (IPMC). É a mesma linha adotada por aqueles que tentam destruir os serviços públicos desqualificando e enfraquecendo os servidores.

Em Curitiba, o prefeito e seus vereadores aliados aprovaram mudança na lei que permite a terceirização dos serviços de assistência médica nas unidades de saúde e de ações na rede municipal de ensino.

Quando vereador, o deputado Tadeu Veneri foi o autor da emenda que se transformou no parágrafo único da lei 9.226/1997, que regulamentou os contratos da prefeitura com as organizações sociais, e que agora foi alterado por Greca. A emenda salvaguardava a educação e a saúde do processo de terceirização, promovido pelo então prefeito Cássio Taniguchi.

“Vinte anos depois, vem o prefeito Greca e derruba a proteção às áreas de saúde e educação. Quando candidato, Greca afirmou que faria dos dois setores uma referência para o país. E está fazendo mesmo. Uma referência negativa”, criticou.